



TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

UMA ANÁLISE DOS CENSOS
DEMOGRÁFICOS E DA
CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996

volume 23

Santa Catarina

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado da Fazenda
Pedro Sampaio Malan

Secretário de Estado de Planejamento e Avaliação
Edward Joaquim Amadeo Swaelen

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Sérgio Besserman Vianna

Diretor de Planejamento e Coordenação
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Maria Martha Malard Mayer

Diretoria de Geociências
Trento Natali Filho

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Ribeiro da Cunha

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Kaizô Iwakami Beltrão

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Departamento de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS

Tendências Demográficas

Uma análise dos Censos Demográficos
e da Contagem da População 1996

volume 23

Santa Catarina

Tendências demográficas :



1596/99

IBGE - SET

Rio de Janeiro
1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)
ISBN 85-240-0707-9 volume 23 Santa Catarina

© IBGE. 1999

Projeto Editorial

Divisão de Editoração-DIEDI/Departamento de Editoração e Gráfica-DEDIT/CDDI

Estruturação

Carmen Heloisa Pessoa Costa
Elizabeth Santos da Fontoura
Neuza Maria de O. G. Damásio
Sonia Gonçalves da Rocha

Copidesque e Revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina Ramos Carlos de Carvalho
Iracacy Prazeres Gomes
Kátia Domingos Vieira
Maria de Lourdes Amorim

Projeto Gráfico e Diagramação

Sebastião Monsores
Maria da Graça Fernandes de Lima

Normalização das Fontes Bibliográficas

Divisão de Documentação - DIDOC/CDDI
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em meio digital em 1999.

Capa

Divisão de Criação - DIVIC/CDDI
Maria José Salles Monteiro

Tendências demográficas : uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais.
- Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

28v.

Os volumes estão apresentados por Brasil, Distrito Federal e Unidades da Federação.

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)

1. Brasil - População - Estatística. I. IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais.

IBGE.CDDI.Div. de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 312(81)
RJ/IBGE/98-09 EST

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Equipe Técnica

Este trabalho foi desenvolvido na Divisão de Estudos e Análises Demográficas - DIEAD, pela Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População - ANEP/DIEAD.

Divisão de Estudos e Análises Demográficas

Juarez de Castro Oliveira

Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População

Nilza de Oliveira Martins Pereira (Coordenação Técnica)

Cláudia Bahia de Araujo, Jorge da Silva,

Leila Regina Ervatti, Kelly Cristina Fernandes Maluf,

Mário Fernandes Filho e Ivan Ribeiro da Fonseca

Apoio Computacional

Paulo Roberto V. Rudolphi, Edgard de Toledo S. Campos,

Marcos Ribeiro de Mattos e João Raposo Belchior

Apoio Administrativo

Elizabeth Costa Bezerra

Agradecimentos

Ari Nascimento Silva (assessoria na utilização do Software REDATAM, Recuperação de Dados de Áreas Menores, na geração de algumas tabulações)

Celso das Mercês Pereira (colaboração nos textos)

Apresentação

Esta publicação tem como objetivo colocar ao alcance dos usuários em geral, uma síntese de indicadores básicos demográficos e socioeconômicos da população dos estados brasileiros, utilizando informações dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996. Os resultados são apresentados em forma de tabelas, gráficos e mapas municipais georreferenciados.

Os temas abordados englobam a Evolução da População do Estado, Estrutura por Sexo e Idade, Nupcialidade, Migrações Internas, Raça ou Cor, Religião, Deficiência Física ou Mental, Níveis de Escolaridade, Família, Domicílio e Características Econômicas.

Rio de Janeiro, RJ, fevereiro de 1999

Maria Martha Malard Mayer
Diretora de Pesquisas

Sumário

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado	9
Estrutura por sexo e idade	15
Nupcialidade	21
Migrações internas	25

Características sociais e econômicas

Raça ou cor	27
Religião	31
Deficiência física ou mental.....	33
Nível de escolaridade	35
Família	37
Domicílio	40
Características econômicas	43

Características demográficas e socioeconômicas da população

Características demográficas

Evolução da população total no estado

O Estado de Santa Catarina atingiu em 1^o de agosto, segundo os resultados da Contagem da População 1996, um total de 4 875 244 habitantes. Este contingente populacional cresceu a um ritmo de 1,45% ao ano, o menor observado nos últimos censos. Com a intensificação do declínio da fecundidade, ocorrido de forma generalizada no Brasil, principalmente a partir da década de 80, o ritmo de crescimento populacional vem desacelerando.

As informações provenientes da Contagem da População 1996 mostraram que a população cresceu, em termos absolutos, 333 250 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 7,34% em relação à população de 1991.

Confirmando uma tendência historicamente consolidada, a Contagem da População 1996 revelou a continuidade do processo de urbanização que vem ocorrendo no estado. O aumento do grau de urbanização foi resultado do acréscimo de 356 mil habitantes, ou seja, 11,11% em relação à população urbana de 1991. Esse incremento foi basicamente em consequência de três fato-

res: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais.

Tabela 1
População nas datas dos recenseamentos gerais e taxa média geométrica de crescimento anual - 1960/1996

Data dos recenseamentos gerais	População residente	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
Total		
1º de setembro de 1960	2 118 116	
1º de setembro de 1970	2 901 734	3,20
1º de setembro de 1980	3 627 933	2,26
1º de setembro de 1991	4 541 994	2,06
1º de agosto de 1996	4 875 244	1,45
Urbana		
1º de setembro de 1960	673 981	
1º de setembro de 1970	1 246 043	6,34
1º de setembro de 1980	2 154 238	5,63
1º de setembro de 1991	3 208 537	3,69
1º de agosto de 1996	3 565 130	2,17
Rural		
1º de setembro de 1960	1 444 135	
1º de setembro de 1970	1 655 691	1,38
1º de setembro de 1980	1 473 695	(-) 1,16
1º de setembro de 1991	1 333 457	(-) 0,90
1º de agosto de 1996	1 310 114	(-) 0,36

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 2
Crescimento absoluto e relativo da população residente, segundo a situação do domicílio e sexo - 1980/1996

Situação do domicílio e sexo	Crescimento da população residente			
	Absoluto		Relativo (%)	
	1980/1991	1991/1996	1980/1991	1991/1996
Total	914 061	333 250	25,20	7,34
Homens	445 515	163 054	24,34	7,16
Mulheres	468 546	170 196	26,06	7,51
Urbana	1 054 299	356 593	48,94	11,11
Homens	514 599	175 710	48,27	11,12
Mulheres	539 700	180 883	49,60	11,11
Rural	(-) 140 238	(-) 23 343	(-) 9,52	(-) 1,75
Homens	(-) 69 084	(-) 12 656	(-) 9,04	(-) 1,82
Mulheres	(-) 71 154	(-) 10 687	(-) 10,03	(-) 1,67

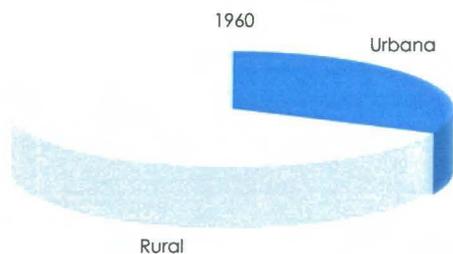
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 3
Grau de urbanização - 1960/1996

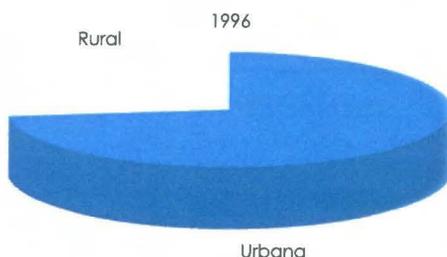
Grau de urbanização (%)	1960	1970	1980	1991	1996
		31,82	42,94	59,38	70,64

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Grau de urbanização - 1960/1996



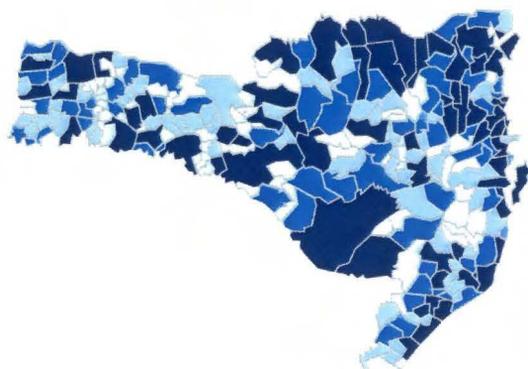
Fonte: Censo Demográfico 1960, Rio de Janeiro: IBGE, 1966



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados.

O Estado de Santa Catarina ocupa a décima primeira posição no *ranking* nacional, concentrando 3,10% da população total do País. Dentro do *ranking* regional, o estado vem ocupando a terceira posição, mantendo praticamente a mesma participação (20,73%) que a do Censo Demográfico 1991 (20,52%).

Participação da população dos municípios no total do estado - 1996



População dos municípios/
população do estado (%)

- 0,03 a 0,09
- 0,09 a 0,16
- 0,16 a 0,32
- 0,32 a 8,16

km



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

O ritmo de crescimento do interior¹ de Santa Catarina, da ordem de 1,46%, foi superior ao registrado para a capital, situado em 1,24%. A capital Florianópolis apresentou um aumento populacional de 15 891 habitantes, correspondendo a 6,22%, em relação ao Censo Demográfico 1991. Já o interior apresentou um crescimento absoluto de 317 359 pessoas, representando um aumento relativo de 7,40%.

A densidade demográfica cresceu 7,33%, passando de 47,59 hab./km², em 1991, para 51,08 hab./km² em 1996.

Tabela 4
População residente, crescimento relativo, participação relativa e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996

Estado, Região Metropolitana e interior	População residente		Crescimento relativo (%) 1991/1996	Participação relativa		Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 1991/1996
	1991	1996		1991	1996	
Estado	4 541 994	4 875 244	7,34	100,00	100,00	1,45
Capital	255 390	271 281	6,22	5,62	5,56	1,24
Interior	4 286 604	4 603 963	7,40	94,38	94,44	1,46

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados.

O conjunto dos dez municípios mais populosos de Santa Catarina, em 1996, reunia 1,80 milhão de pessoas que correspondiam a 36,97% da população estadual. O Município de Joinville, o mais populoso do estado, concentrava 8,16% do efetivo populacional do estado, ou seja, 397 951 pessoas, cabendo aos demais municípios, cuja população está compreendida entre 83 mil e 271 mil habitantes, o equivalente a 28,81%.

¹ Considera-se "interior" o espaço territorial do estado, exceto o da capital estadual.

Tabela 5
Municípios mais populosos e municípios com maiores
taxas médias geométricas de crescimento anual - 1991/1996

Municípios mais populosos	População residente	Municípios com maiores taxas	Taxa (%) 1991/1996
Joinville	397 951	Itapema	8,55
Florianópolis	271 281	Itapoá	7,92
Blumenau	231 401	Balneário Camboriú	7,75
Criciúma	159 101	Timbó Grande	7,70
São José	151 024	Schroeder	7,19
Lajes	148 860	Araguari	7,11
Itajaí	134 942	Navegantes	6,58
Chapécó	131 014	Passo de Torres	6,13
Jaraguá do Sul	93 076	Camboriú	5,80
Tubarão	83 728	Passos Maia	5,53

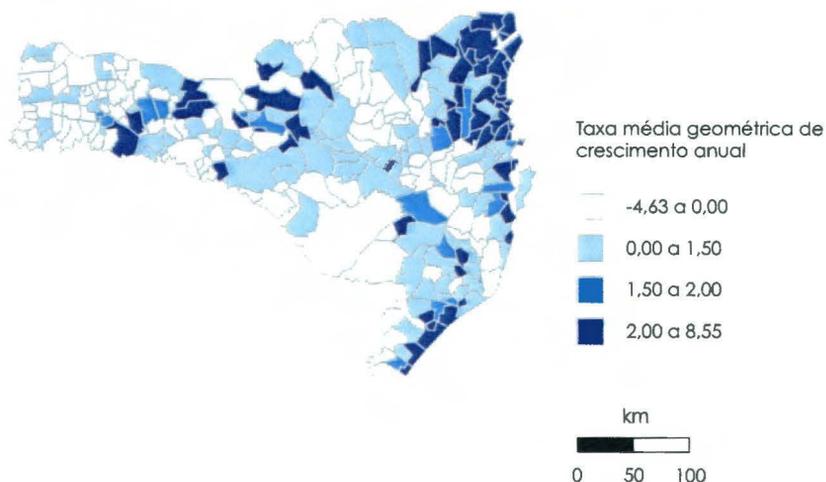
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Dos dez municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional do estado, nos últimos cinco anos, observou-se que o maior percentual foi encontrado no Município de Itapema (8,55%) e o menor no Município de Passos Maia com 5,53%. A menor taxa de crescimento do estado (-4,63%), no período de 1991-1996, foi encontrada no Município de Correia Pinto.

A proporção de municípios que apresentaram uma taxa de crescimento acima de 2,5% ao ano, no período de 1991-1996, atingiu 16,92% do total do estado. O destaque ficou com os municípios considerados de médio porte (10 000 até 50 000 habitantes) com 47,73% do total do grupo. Os demais ficaram distribuídos entre os que tinham até 10 000 habitantes (34,09%), mais de 50 000 a 100 000 habitantes (15,91%) e mais de 100 000 a 500 000 habitantes (2,27%).

O Estado de Santa Catarina foi contemplado com 43 novos municípios, nestes últimos cinco anos, contabilizando um total de 260 municípios, em 1996.

Taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Estrutura por sexo e idade

No Estado de Santa Catarina, a Contagem da População 1996 indicou um equilíbrio entre homens e mulheres, o que resultou em uma razão de sexo de 100,09%. Cenários opostos podem ser observados ao se analisar o indicador, segundo as situações de residência urbana e rural. Enquanto na área urbana registrou-se um número médio de 97 homens para cada 100 mulheres, no contexto rural do estado essa relação se inverte, ao ser revelada a existência de 109 homens para cada grupo de 100 mulheres. Esse fato pode ser comumente explicado pela natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória.

Tabela 6
Razões de sexo, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razões de sexo (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	102,91	96,30	106,15
1970	101,64	95,78	106,29
1980	101,81	97,98	107,68
1991	100,42	97,10	108,86
1996	100,09	97,11	108,70

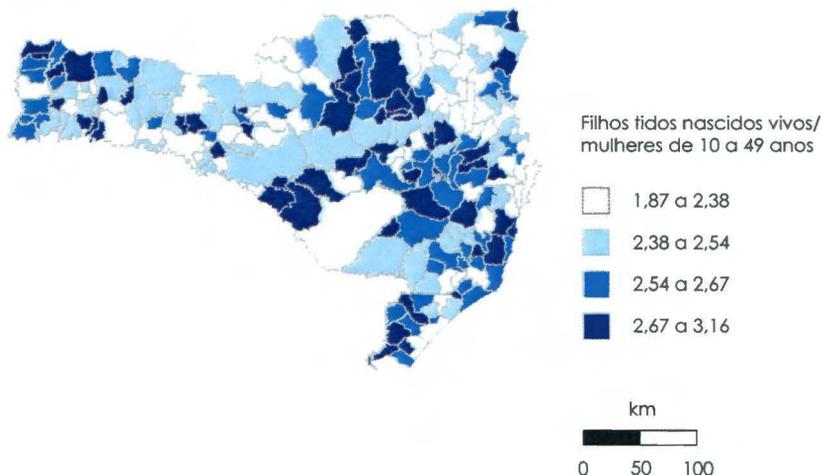
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Até o início dos anos 80 a estrutura etária da população brasileira, dada pelos Censos Demográficos, vinha mostrando traços marcantes de uma população predominantemente jovem, fruto da persistência dos altos níveis da fecundidade no País. Muito embora a fecundidade tenha experimentado declínios paulatinos, desde meados da década de 60, momento em que se introduziu no Brasil os métodos anticoncepcionais orais, a base da pirâmide etária da população manteve-se alargada até 1980, como resultado do elevado número de mulheres em idade fértil ainda procriando.²

A pronunciada entrada na base da pirâmide etária de 1991 reflete a queda da fecundidade ocorrida na década. Entretanto, a composição etária revelada para o Estado de Santa Catarina apresentou características de uma população ainda jovem, porém com tendências ao envelhecimento, como pode ser observado pelo deslocamento populacional das coortes intermediárias. Neste sentido, os resultados da Contagem da População 1996 acentuaram o estreitamento na base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de jovens na população total.

²As estimativas de fecundidade foram obtidas utilizando-se as informações sobre o número de filhos vivos até a data do censo (fecundidade acumulada) e do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores a mesma data (fecundidade recente).

Número médio de filhos tidos nascidos vivos - 1991

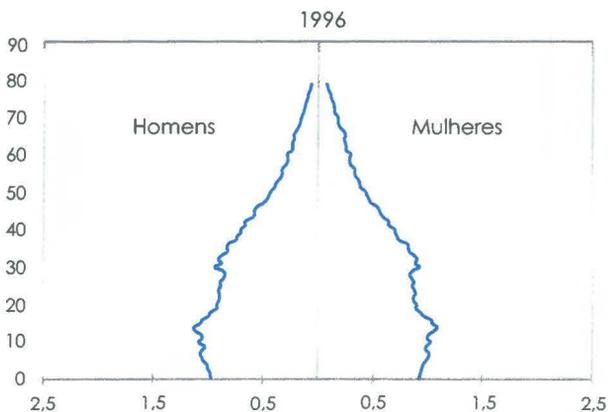
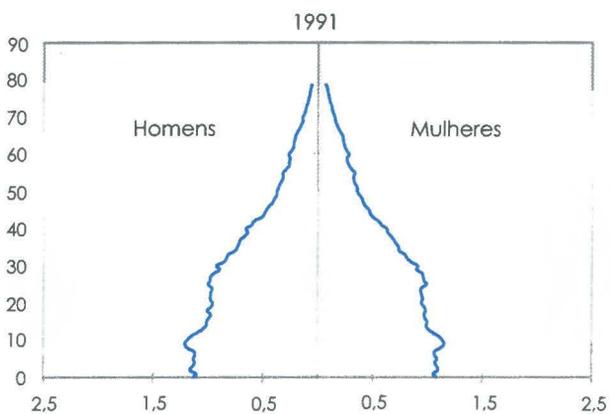
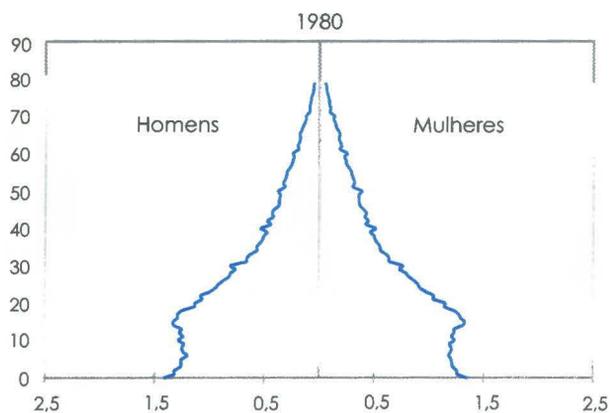


Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

As alterações observadas na estrutura etária foram importantes e ocorreram, em grande parte, a partir da última década. O declínio generalizado da fecundidade no País, conjugado à redução da mortalidade, contribuiu de forma decisiva para que as mudanças processadas na composição por idade da população fossem observadas, particularmente quando se recorta a população, segundo as situações de residência urbana e rural. Tais alterações caracterizaram fundamentalmente o início do processo de envelhecimento da população brasileira.

A relação entre a população que, em termos etários, pertenceria à condição de inativa (grupos de 0 a 14 e 65 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade) permite estabelecer o indicador razão de dependência que denota, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

Composição etária da população total, por idade individual



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

Tabela 7
Distribuição etária dos grandes grupos populacionais - 1960/1996

Grandes grupos populacionais	Distribuição (%)				
	1960	1970	1980	1991	1996
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	47,09	45,04	37,67	33,10	30,49
15 a 64 anos	50,51	52,12	58,86	62,54	64,58
65 anos ou mais	2,40	2,84	3,48	4,36	4,92

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Assim, a Contagem da População 1996 revelou, para o total do estado, uma relação de 55 dependentes jovens e idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas. A partir destes resultados pode-se constatar o impacto do processo de estreitamento na base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da razão de dependência, no transcurso desses cinco anos. Em 1996, as razões de dependência observadas no contexto urbano do estado e nas áreas rurais correspondiam a 53,03% e 60,01%, respectivamente.

A parcela de jovens (30,49%) ainda influencia o cálculo convencional da razão de dependência, enquanto que a contribuição dos idosos (4,92%) é pequena.

Em 1991, a idade de 22,7 anos dividia a população em dois blocos de 50% cada. Já em 1996, a idade mediana chegou a 24,4 anos. No que tange aos diferenciais entre sexos, a idade mediana calculada para os homens atingiu 24,0 anos, enquanto que a referente às mulheres posicionou-se nos 24,8 anos de idade.

Tabela 8
Razão de dependência, por situação do domicílio - 1960/1996

Anos	Razão de dependência (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	97,98	85,23	104,54
1970	91,88	81,62	100,39
1980	69,91	64,55	78,40
1991	59,91	58,34	68,81
1996	54,84	53,03	60,01

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Tabela 9
Idade mediana da população residente, por sexo - 1980/1996

Anos	Idade mediana		
	Total	Homens	Mulheres
1980	18,9	18,8	19,0
1991	22,7	22,4	23,0
1996	24,4	24,0	24,8

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

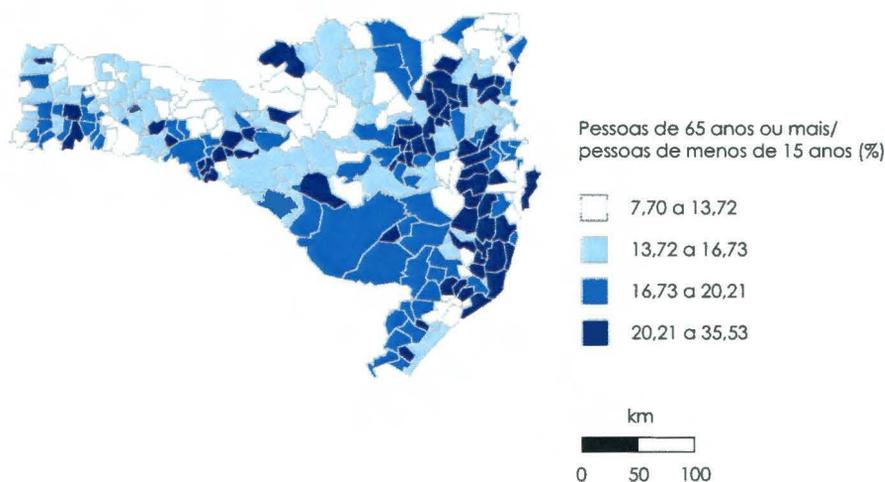
Um importante indicador que está relacionado à estrutura etária de uma população é aquele que relaciona a população idosa com o contingente de crianças. Trata-se de uma derivação do índice de envelhecimento populacional que se presta a significativos estudos comparativos. O entendimento desse índice traduz-se pelo fato de que quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos (65 anos ou mais) em relação à proporção de crianças (menos de 15 anos).

As estimativas atualmente disponíveis sugerem que esse índice deverá continuar crescendo no estado, a partir da diminuição

da proporção da população jovem. Os níveis mais elevados são encontrados nos estados pertencentes à Região Sudeste. Quando se estabelecem comparações regionais, percebe-se, inicialmente, que o índice se eleva em praticamente todas as regiões, o que reflete a influência da continuada queda da fecundidade e, simultaneamente, o aumento consistente da esperança média de vida.

Em 1960, existiam 5 idosos para cada 100 crianças. Em 1996, para cada 16 pessoas com 65 anos de idade ou mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um expressivo aumento no valor desse indicador de envelhecimento.

Índice de envelhecimento - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Nupcialidade

A composição da população de 15 anos ou mais por estado conjugal, no Estado de Santa Catarina, caracteriza-se pela proporção de 65,72% de pessoas casadas e, praticamente, um terço de solteiras, que ao longo dos censos vem apresentando declínio na sua participação. No período de 1980-1991, a participação de separados, desquitados e divorciados revelou crescimento.

Tabela 10
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo,
segundo o estado conjugal - 1980/1991

Estado conjugal	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Solteiros	32,43	27,31	35,81	31,09	29,01	23,56
Casados	62,18	65,72	61,94	66,11	62,41	65,34
Separados	1,00	1,67	0,59	0,94	1,41	2,40
Desquitados	0,30	0,75	0,18	0,43	0,42	1,06
Divorciados	0,03	0,31	0,02	0,16	0,04	0,46
Viúvos	4,06	4,24	1,45	1,28	6,70	7,18

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tais transformações ocorreram indistintamente, tanto na área urbana quanto na rural do estado, apenas os níveis variaram de acordo com os estratos. Analisando o diferencial por situação do domicílio, encontraram-se nas áreas urbanas proporções mais elevadas de pessoas separadas, desquitadas, divorciadas e de viúvos. Já na área rural predominavam as pessoas solteiras e casadas.

A exemplo do que vem ocorrendo em algumas regiões do mundo, os tipos de união também sofreram alterações substanciais. Em 1980, no Estado de Santa Catarina, prevaleciam as uniões realizadas no *civil e religioso*, seguidas das *uniões somente no civil*, enquanto que as *uniões somente no religioso* eram menos freqüentes. Em 1991, a proporção de uniões realizadas no *civil e religioso* tiveram um declínio de 7,70%, e a proporção de *uniões consensuais* apresentou um aumento de 104,80%.

Tabela 11
Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, casadas,
por situação do domicílio, segundo o tipo de união - 1980/1991

Tipo de união	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Civil e religiosa	85,84	79,23	84,18	76,29	88,41	86,29
Somente civil	5,80	7,09	7,03	8,38	3,89	3,99
Somente religiosa	2,74	2,14	2,19	1,98	3,59	2,54
União consensual	5,63	11,53	6,60	13,35	4,11	7,18

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

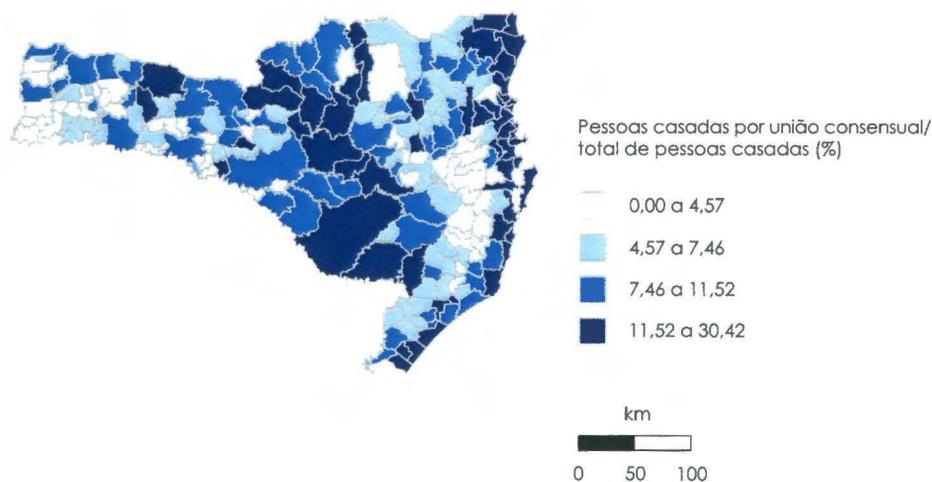
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Acompanhando o comportamento do total do estado, o crescimento das uniões consensuais foi significativo na área urbana, em relação ao censo passado.

A distribuição da proporção de solteiros em uma população fornece importantes indicadores da nupcialidade. As proporções nos grupos de 20 a 24 anos e 40 a 44 anos indicam, respectivamente, a idade média à primeira união e a prevalência do celibato. Para efeito de comparabilidade com o Censo Demográfico 1970 e Censo Demográfico 1980, estimou-se a idade média ao casar das pessoas de 15 anos ou mais através dessa proporção, e como resultado observou-se que a idade média calculada para 1991 manteve-se no mesmo patamar daquela observada no Censo Demográfico 1980.

Com a introdução de novo quesito no Censo Demográfico 1991 (*mês e ano em que contraiu a primeira união*), tornou-se possível a obtenção da estimativa direta da idade média ao contrair a primeira união, que envolveu, para efeito de cálculo, as pessoas de 10 anos ou mais, diferindo da estimativa anteriormente utilizada

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais casadas, por união consensual - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

(obtida através da proporção de solteiros), que considerou a população de 15 anos ou mais, tendo em vista a comparabilidade com as informações resultantes dos demais censos. Portanto, a idade média, obtida de forma direta, para o total foi de 23,3 anos, para os homens 23,9 anos e para as mulheres 20,8 anos. A idade média das mulheres ao casar é relativamente baixa quando comparada com a dos homens. Assim, observa-se que os homens casam com três anos a mais que as mulheres.

No último censo, foi introduzido um outro quesito que possibilitou a obtenção de importantes indicadores da nupcialidade: *mês e ano em que passou a viver com o cônjuge atual* ou *mês e ano em que passou a viver a situação indicada*.

No tocante ao número de uniões conjugais, 97,71% das pessoas de 10 anos ou mais teriam contraído apenas uma união, sendo que os homens apresentaram maior incidência de duas ou mais uniões em relação às mulheres. A maior frequência de mais de uma união é uma característica urbana.

Migrações internas

As informações censitárias de 1991 e de 1996 revelam o aprofundamento de algumas tendências e o surgimento de novos padrões localizados de distribuição espacial da população. A redução da intensidade das migrações interestaduais que se processou na década de 80 prosseguiu no primeiro quinquênio da década de 90. No Estado de Santa Catarina vê-se a redução na proporção de migrantes no período de 1980-1991, tanto na situação do domicílio urbano quanto na rural. As mulheres são maioria no conjunto de pessoas não-naturais do município (51,15%). No meio rural, a proporção de homens supera a de mulheres, enquanto que o urbano dita o padrão estadual.

Tabela 12
Proporção de pessoas não-naturais do município,
segundo a situação do domicílio atual - 1980/1991

Situação do domicílio atual	Proporção de pessoas não-naturais (%)	
	1980	1991
Total	37,72	36,54
Urbana	43,41	40,83
Rural	29,41	26,21

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os imigrantes interestaduais, que correspondem aos brasileiros natos residentes no estado e nascidos em outras Unidades da Federação, foram contabilizados, em 1991, como de maior procedência, vindos dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Nesse conjunto, os homens imigrantes predominam no fluxo dos rio-grandenses-do-sul.

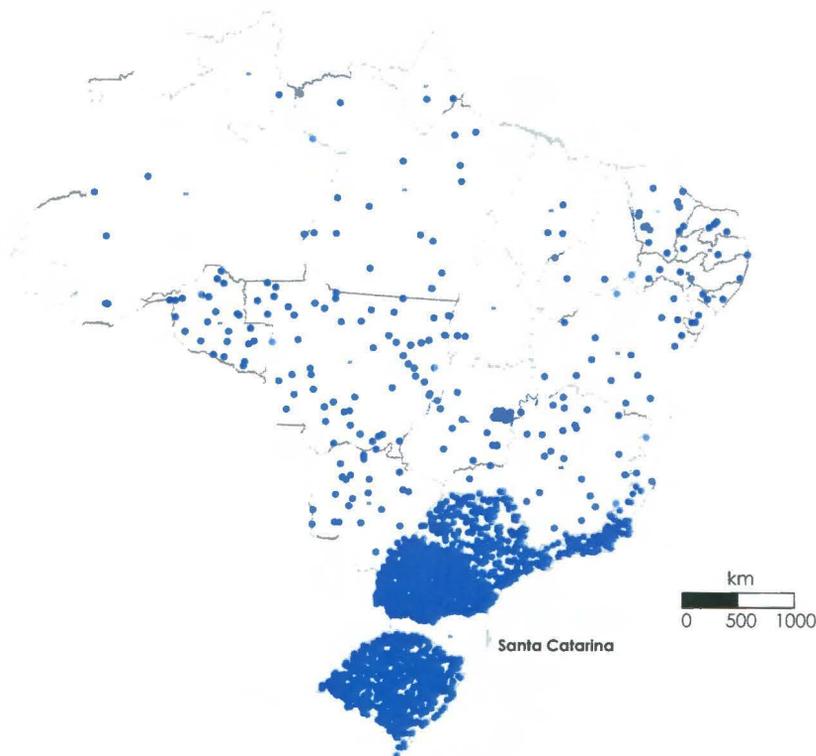
Os imigrantes intermunicipais, ou seja, aqueles indivíduos não-naturais do município de residência, mas nascidos no estado, for-

mavam em 1991 um conjunto de 66,72%, em relação ao total de migrantes do estado.

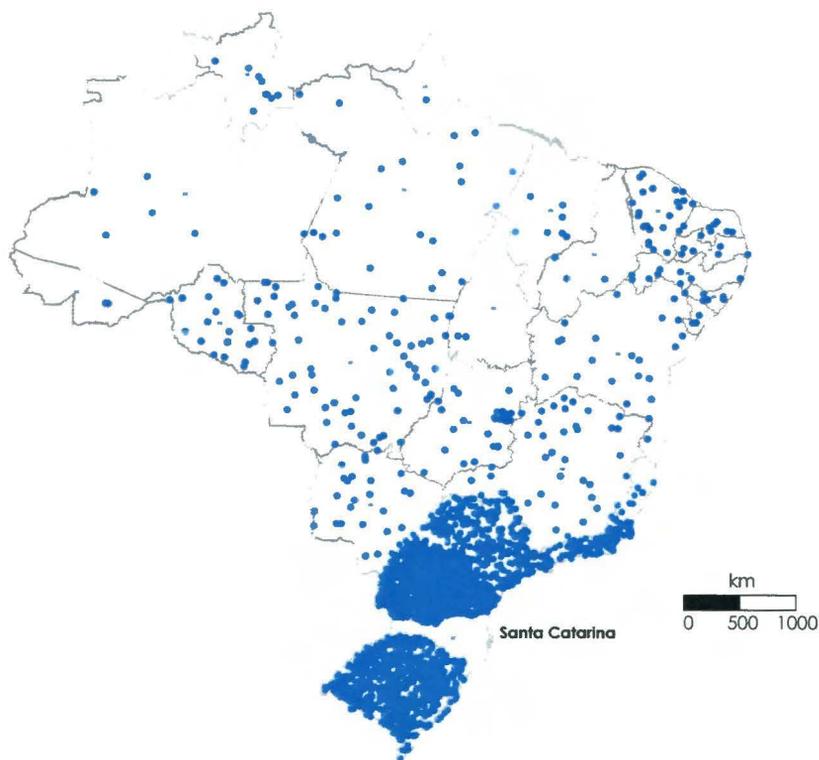
Do conjunto de pessoas não-naturais do município onde residem, as pessoas que migraram há menos de 10 anos correspondiam em 1991 a 43,39%.

Os mapas, a seguir, mostram a proporção de migrantes interestaduais, nos cinco anos anteriores ao Censo Demográfico 1991 e à Contagem da População 1996, identificados pela Unidade da Federação de origem. Os resultados mostram que os fluxos migratórios mantiveram a mesma tendência nos dois censos.

Pessoas residentes em Santa Catarina há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1991



Pessoas residentes em Santa Catarina há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Características sociais e econômicas

Raça ou cor

A última investigação do quesito sobre raça ou cor nos censos é proveniente do Censo Demográfico 1991, onde foram consideradas cinco categorias para que o entrevistado pudesse se classificar quanto a sua raça ou cor: branca, preta, parda, amarela e indígena. Para a cor parda incluiu-se a pessoa que se declarou mulata, mestiça, cabocla, mameluca, etc. Já a cor amarela aplicou-se à pessoa de origem oriental e seus descendentes. Não foi considerada nesta categoria a pessoa que tinha a pele amarelada, por sofrer de moléstias, tais como: impaludismo, malária, amarelão, etc.

As pessoas do Estado de Santa Catarina classificaram-se, em sua maioria, segundo o último levantamento censitário, como sendo de cor branca (89,90%). Este contingente, em 1980, representava 91,77%. Enquanto o percentual das pessoas brancas declinava, aumentava o das pessoas que se declaravam como sendo de cor parda, passando de 6,08%, em 1980, para 7,75%, em 1991. A proporção de pessoas de cor preta aumentou em 3,86%, no período de 1980-1991. As pessoas de cor amarela ainda são consideradas minoria no estado.

No Censo Demográfico 1991, pesquisou-se a população indígena de forma distinta da de 1980, isto é, em separado das pessoas de cor parda. Pode-se quantificar esta proporção em 0,11% no total do estado. Cabe assinalar que a investigação da população indígena se aplicou não só aos que viviam em aldeamento, como também aos indígenas e seus descendentes que viviam fora do aldeamento. Esta distinção percebe-se quando é analisado o diferencial, segundo a situação do domicílio, pois, do total dos índios residindo no estado, 71,58% habitavam a área rural.

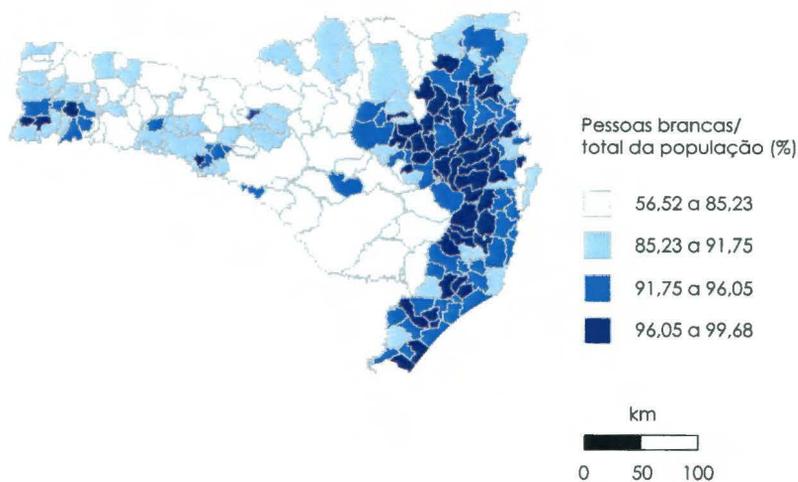
Tabela 13
Proporção da população residente, por situação do domicílio,
segundo a raça ou cor - 1980/1991

Raça ou cor	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Branca	91,77	89,90	92,35	90,33	90,92	88,86
Preta	2,07	2,15	2,39	2,29	1,61	1,81
Amarela	0,07	0,09	0,06	0,10	0,09	0,08
Parda	6,08	7,75	5,19	7,24	7,38	8,98
Indígena	-	0,11	-	0,04	-	0,26

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

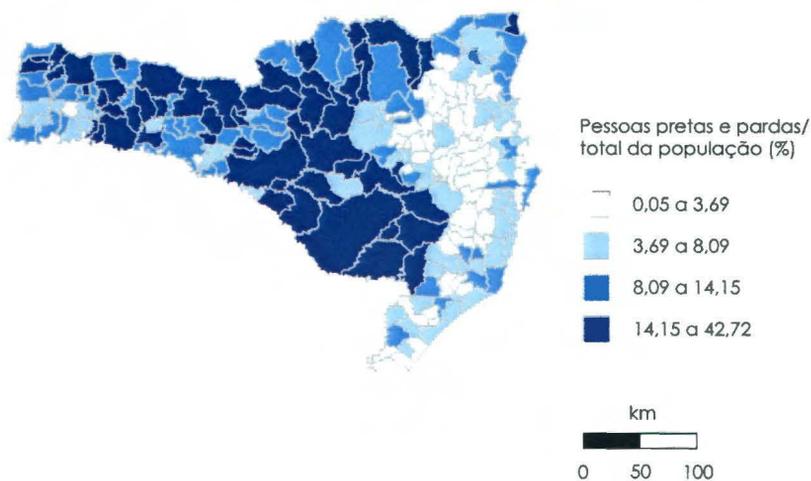
Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Proporção da população branca - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Proporção da população negra - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Dentro das características sociais e econômicas, foi selecionado o diferencial existente entre a raça ou cor com a proporção de anos de estudos praticados por essa população de 5 anos ou mais de idade e o setor econômico de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, objetivando qualificá-las no contexto social. Independentemente da raça ou cor das pessoas, ainda não se alcançaram percentuais adequados para o volume de pessoas com escolaridade equivalente ao primeiro grau. Entre as pessoas de cor preta ou parda, mais de 70,00% não ultrapassaram a metade do primeiro grau e as pessoas de cor branca caracterizam-se no mesmo quadro, revelando uma ligeira vantagem. Quanto ao setor econômico de atividade, as pessoas de cor parda concentram-se na atividade de agropecuária, extração vegetal e pesca, com proporção acima de 30,00%, as de cor branca representam 25,88% e as de cor preta com proporção de 21,67%.

Tabela 14
Proporção da população residente, por raça ou cor,
segundo as classes de anos de estudo - 1991

Classes de anos de estudo	Raça ou cor (%)		
	Branca	Preta	Parda
Total	100,00	100,00	100,00
Sem instrução e menos			
de 1 ano	14,08	24,05	25,09
1 a 3 anos	21,36	26,16	27,72
4 anos	26,65	21,42	23,81
5 a 7 anos	12,53	12,14	11,73
8 anos	9,37	7,16	5,76
9 a 11 anos	11,44	7,24	4,77
12 anos ou mais	4,52	1,76	1,07
Não determinados	0,06	0,07	0,04

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Tabela 15
Proporção da população ocupada de 10 anos ou mais, por raça ou cor, segundo o setor econômico de atividade - 1991

Setor econômico de atividade	Raça ou cor (%)		
	Branca	Preta	Parda
Total	100,00	100,00	100,00
Agropecuária, extração vegetal e pesca	25,88	21,67	32,52
Indústria de transformação	22,54	19,41	22,42
Indústria da construção civil	5,67	9,63	8,34
Outras atividades industriais	1,75	3,02	2,02
Comércio de mercadorias	10,75	6,59	5,74
Transporte e comunicação	3,74	3,24	3,23
Prestação de serviços (1)	16,00	21,99	17,42
Social	7,50	8,72	3,44
Administração pública	3,89	4,38	3,68
Outras atividades	2,29	1,35	1,17

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.

Religião

No Estado de Santa Catarina, predomina largamente o catolicismo (86,22%), percentual abaixo do Censo Demográfico 1980, que era 88,62%. O segundo maior percentual corresponde às pessoas evangélicas (11,70%), que em 1980 representavam 10,08%. As pessoas que não praticam nenhuma religião correspondem a 0,91%. Os demais tipos tiveram percentuais insignificantes. Cabe assinalar que as informações são provenientes da declaração da seita, culto ou ramo da religião professada.

O Censo Demográfico 1991 adotou uma nova classificação para os diversos tipos de religião e procurou-se compatibilizá-los com os censos anteriores.

Tabela 16
Proporção da população residente, por sexo,
segundo a religião - 1980/1991

Religião	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Cristã tradicional	88,62	86,22	88,77	86,52	88,47	85,91
Cristã reformada	10,08	11,70	9,90	11,33	10,26	12,08
Mediúnica	0,39	0,62	0,37	0,58	0,42	0,67
Judaica ou Israelita	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Oriental	0,02	0,04	0,02	0,03	0,02	0,04
Outras (1)	0,60	0,50	0,58	0,44	0,62	0,56
Sem religião	0,28	0,91	0,34	1,09	0,21	0,73

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive Neocristã.

Os tipos de religião foram constituídos da seguinte forma:

- Cristã Tradicional

Católica Apostólica Romana - 86,04%

Católica Apostólica Brasileira - 0,16%

Católica Apostólica Ortodoxa - 0,02%

- Cristã Reformada

Evangélica Tradicional - 6,54%

Evangélica Pentecostal - 4,06%

- Neocristã

Mórmon - 0,05%

Testemunha de Jeová - 0,41%

Outra - 0,01%

- Mediúnica
 - Espírita - 0,53%
 - Umbandista - 0,08%
 - Candomblé - 0,00%

- Judaica ou Israelita

- Oriental
 - Budismo - 0,02%
 - Messiânica - 0,01%
 - Outra - 0,01%

- Outra

- Sem religião

- Não determinada, Maldefinida e Sem declaração.

Deficiência física ou mental

As estatísticas acerca da população brasileira com algum tipo de deficiência física ou mental, até então, eram descontínuas e insuficientes. O Censo Demográfico 1991 preencheu esta lacuna com a investigação do número de deficientes nos diversos estados e municípios brasileiros. Vale ressaltar, para efeito de comparação, que o Censo Demográfico 1991 pesquisou somente dados sobre deficiências graves (os cegos, os surdos ou mudos). Muitos países pesquisam desta forma, para não sobrecarregar o questionário do censo. Porém, o critério sugerido pela Organização das Nações Unidas, no documento *Princípios e Recomendações para os Censos de População e Habitação*, é mais abrangente, porque amplia o grupo de pessoas com incapacidade, por exemplo: as pessoas com dificuldades de visão (dos quais os cegos formam um

subgrupo) ou as pessoas com dificuldade de audição (dos quais os surdos formam um subgrupo).

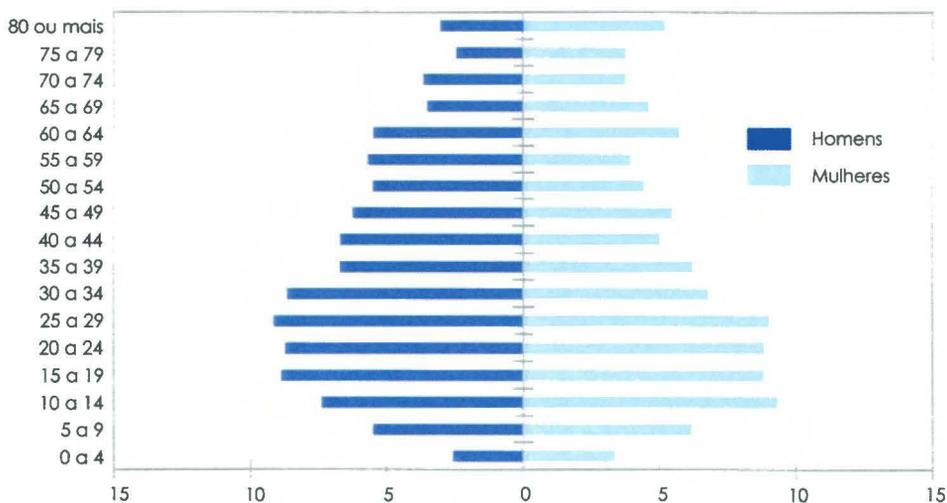
Como deficientes mentais, foram consideradas as pessoas com retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se manifesta durante a infância e se caracteriza por grande dificuldade de aprendizagem e adaptação social. Não foram consideradas como tais as pessoas que apresentam perturbação ou doença mental do tipo neuróticos, psicóticos, esquizofrênicos, vulgarmente denominados loucos ou malucos.

No Estado de Santa Catarina, existem aproximadamente 52 280 deficientes físicos ou mentais, logo a proporção de pessoas com algum tipo de deficiência no total do estado é pequena, atingindo 1,15% (com este percentual percebe-se que 98,85% das pessoas não enumeraram nenhum dos tipos de deficiências investigadas). A proporção de pessoas do sexo masculino com algum tipo de deficiência correspondeu a 1,36%, enquanto que para o sexo feminino ficou em 0,95%. O excedente de deficientes do sexo masculino em relação ao feminino correspondeu a 9 420 pessoas.

Do total de deficientes do estado, 53,56% eram deficientes físicos e 40,89% se declararam deficientes mentais, sendo que 5,54% revelaram ter mais de um tipo de deficiência. Apesar de os tipos de doenças mentais anteriormente mencionados não serem considerados, acredita-se que foram incorretamente incluídos, devido ao alto percentual apresentado por este tipo de deficiência.

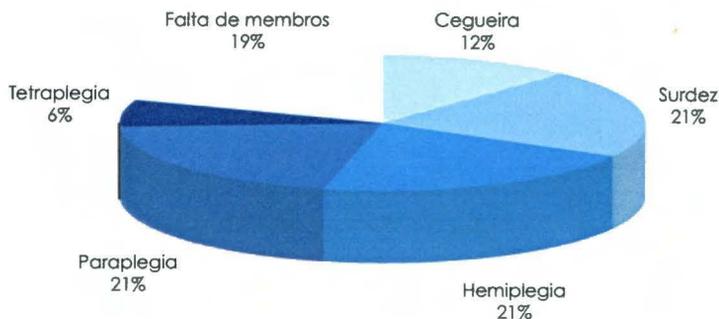
O padrão da estrutura etária da população deficiente caracteriza-se por uma pequena proporção no grupo de jovens (0 a 14 anos), significando um número reduzido de nascimentos com deficiência. O aumento gradativo nas diversas faixas etárias demonstra a relação existente com doenças e acidentes posteriores ao nascimento, caracterizando deficiência adquirida. Já a proporção de pessoas acima de 65 anos de idade alcança aproximadamente 14,53% do total de deficientes. Como a mortalidade masculina nesta faixa é maior, existindo a sobrevivência feminina, a proporção de mulheres deficientes, em muitos casos por doença, é mais elevada.

Composição por sexo e idade das pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Proporção de pessoas com algum tipo de deficiência física, por tipo de deficiência - 1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nível de escolaridade

As taxas de analfabetismo no Estado de Santa Catarina vêm decrescendo nas últimas décadas. Para efeito de comparação com as informações da Contagem da População 1996, foi cal-

culado para o Censo Demográfico 1991 o analfabetismo funcional, que é definido operacionalmente como o não-domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade fundamental de quatro séries incompletas. A taxa de analfabetismo funcional calculada para 1996 foi de 21,17%, inferior à de 1991 que era de 27,16%.

O nível educacional da população do Estado de Santa Catarina continua em ascensão, entretanto ainda não pode ser considerado o ideal. A taxa de escolarização, que consiste na proporção de pessoas que freqüentam escola, apresenta proporções expressivas, porém o contingente de crianças fora da escola ainda é elevado. A cobertura do sistema educacional do estado vem se expandindo e retendo os jovens por mais tempo na escola.

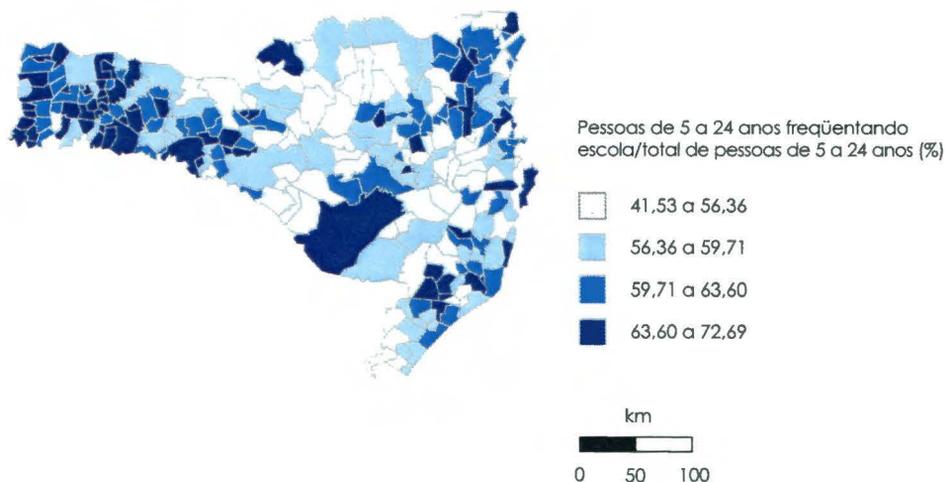
Tabela 17
Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos,
segundo os grupos de idade - 1991/1996

Grupos de idade	Taxas de escolarização (%)					
	1991			1996		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	50,97	51,28	50,65	62,29	62,34	62,23
5 a 9 anos	67,43	66,91	67,98	85,37	85,04	85,72
10 a 14 anos	83,00	84,02	81,95	90,75	91,37	90,10
15 a 19 anos	36,80	37,12	36,47	50,33	49,76	50,90
20 a 24 anos	10,05	9,99	10,11	15,28	15,06	15,50

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991 e Contagem da População 1996, microdados.

No período de 1991-1996, observa-se um aumento nas taxas de escolarização dos grupos etários infanto-juvenis (5 a 24 anos), que em princípio constituem, na sociedade, a população escolarizável ideal.

Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Família

Para melhor entendimento da organização socioeconômica da família é necessário conhecer informações acerca da sua estrutura, da composição, do tamanho, do tipo e de algumas características econômicas do grupo familiar. O texto restringe-se a fornecer uma visão geral dessas características, enfatizando a situação do responsável ou chefe da unidade familiar. Considerou-se como *Família*, nos Censos Demográficos, as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio; a pessoa sozinha que morava em Domicílio Particular; e o conjunto de, no máximo, cinco pessoas que moravam em um Domicílio Particular, embora não estivessem ligadas por laço de parentesco e/ou dependência doméstica.

O comportamento do tamanho da família, nos últimos anos, vem sendo ditado pelo diferencial da fecundidade na situação

domiciliar. A redução do número médio de pessoas por família está diretamente correlacionada ao crescente processo de urbanização, como também as modificações na dinâmica demográfico-social da unidade familiar.

Tabela 18
Número médio de pessoas por família,
segundo a situação do domicílio - 1980/1991

Situação do domicílio	Número médio	
	1980	1991
Total	4,47	3,74
Urbana	4,27	3,64
Rural	4,79	4,02

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os grupos familiares constituídos por uma única pessoa e aqueles formados por chefe, cônjuge e filhos vêm mantendo a supremacia ao longo dos censos. Entretanto, houve redução na proporção de famílias únicas e aumento na proporção de famílias conviventes no período de 1980-1991, o que pode ser um indicador de que estaria havendo indícios de mudanças nos padrões de convivência domiciliar, isto é, por dificuldades de moradia, estaria crescendo a tendência de coabitação.

Vale a pena ressaltar o aumento da representatividade das mulheres no papel de chefe de família e da queda no percentual de chefes do sexo masculino, no período de 1980-1991, no Estado de Santa Catarina.

O enfoque do grau de escolaridade dos chefes de família pode ser analisado através das informações dos anos de estudo. Percebe-se ligeira melhoria no grau de escolaridade dos responsáveis pelo grupo familiar, com redução na proporção de chefes sem instrução e com até 4 anos de estudo, em contrapartida, aumento na proporção de chefes escolarizados (com mais de 5 anos de estudo).

Tabela 19
Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo o sexo do chefe da família - 1980/1991

Sexo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
Total	100,00	100,00
Homens	89,58	84,91
Mulheres	10,42	15,09

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Tabela 20
Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo as classes de anos de estudo do chefe da família - 1980/1991

Classes de anos de estudo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
Total	100,00	100,00
Sem instrução e menos de 1 ano	15,53	9,98
1 a 3 anos	26,69	19,21
4 anos	37,77	33,41
5 a 8 anos	10,64	18,67
9 a 11 anos	5,62	12,11
12 anos ou mais	3,65	6,59
Sem declaração	0,09	0,02

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Quanto à análise da distribuição das famílias, segundo a classificação dos chefes por setor de atividade diretamente envolvido, ressalta-se a predominância da agropecuária, extração vegetal e pesca, que foi o responsável pela absorção da maior parte da População Economicamente Ativa, seguido da indústria de transformação.

Proporção de famílias, segundo o setor econômico de atividade do chefe - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Domicílio

O levantamento das características dos domicílios, através dos Censos Demográficos, permite o conhecimento de componentes essenciais e indispensáveis para mensuração da qualidade de vida da população. A influência que alguns fatores exercem sobre as formas mais dignas de sobrevivência pode ser analisada pelas condições de moradia e, principalmente, pelo acesso aos serviços de infra-estrutura e de saneamento básico. As características estruturais dos domicílios são, tradicionalmente, investigadas somente para aqueles definidos como particulares permanentes.

A relação entre o total da população residente e o total de domicílios particulares permanentes representa o número médio de pessoas moradoras em uma unidade domiciliar.

No Estado de Santa Catarina, a densidade domiciliar apresentou um declínio de 6,97% no último período censitário, passando de 4,02 em 1991 para 3,74 em 1996. Este comportamento persistiu

tanto na área urbana com uma redução de 6,15% quanto na área rural com 7,42%.

Tabela 21
Densidade domiciliar,
segundo a situação do domicílio - 1980/1996

Situação do domicílio	Densidade domiciliar		
	1980	1991	1996
Total	4,73	4,02	3,74
Urbana	4,49	3,90	3,66
Rural	5,14	4,31	3,99

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991 e Contagem da População 1996, microdados.

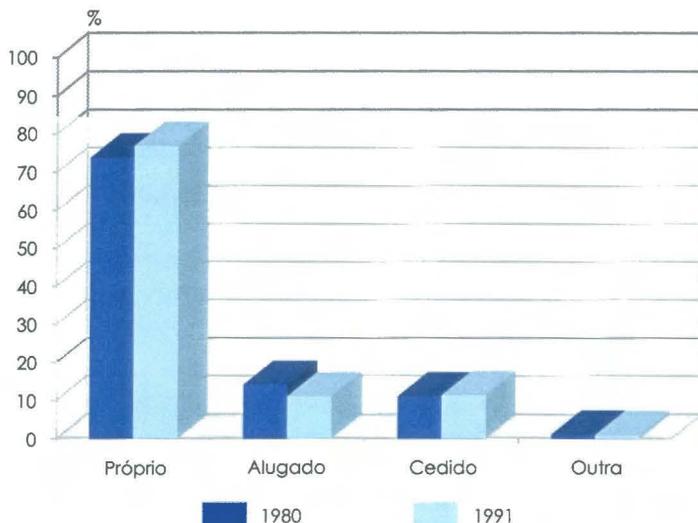
Os domicílios particulares permanentes foram classificados como duráveis, quando em sua construção predominavam paredes de alvenaria, de taipa revestida ou de madeira aparelhada, com cobertura de laje de concreto, telha de barro, telha de amianto ou de madeira aparelhada. Para os domicílios rústicos deveria haver a predominância de outros tipos de materiais, de durabilidade transitória, tanto na parede quanto na cobertura das residências, tais como: taipa não revestida, zinco, palha, material reaproveitado, etc. Nos censos 1980 e 1991, a proporção de unidades duráveis manteve-se no mesmo patamar no estado.

Um sistema conveniente de distribuição de água potável, para consumo humano, é de vital importância para a saúde da população. Nos levantamentos censitários o abastecimento de água sempre foi classificado de acordo com a fonte fornecedora e a existência ou não de distribuição interna no domicílio.

O Censo Demográfico 1991 revelou que, do total de domicílios particulares permanentes investigados, 62,30% estavam ligados à rede geral de distribuição de água e, destes, 61,05% possuíam canalização que levava água ao interior de pelo menos um dos cômodos da residência, sendo que 1,25% não contavam com pontos de água dentro da moradia.

A proporção de domicílios próprios no Estado de Santa Catarina verificada no último censo em relação a 1980 revelou que houve um crescimento de 4,13% nesta condição de ocupação. A queda na proporção dos domicílios alugados, foi da ordem de 21,59%. Percebe-se que um segmento populacional optou pela construção da própria moradia, sendo que 70,22% era detentora do domínio pleno do terreno.

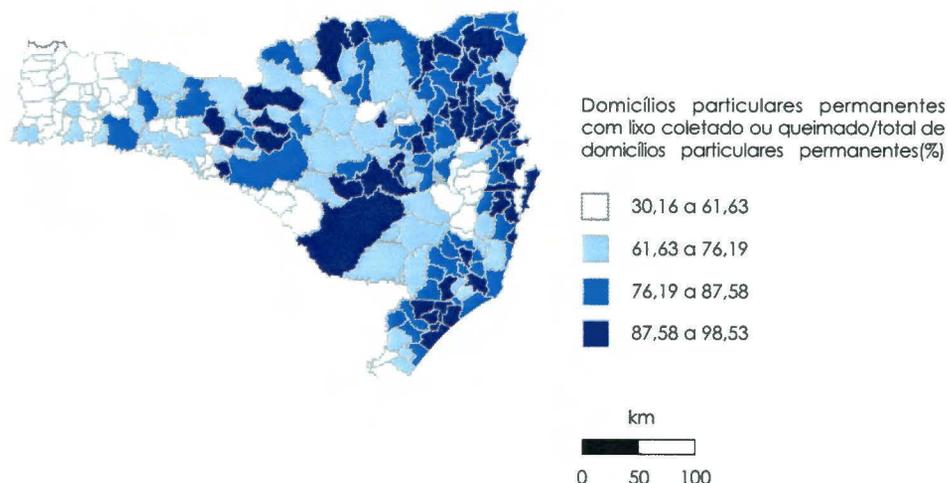
Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Embora o sistema de coleta de lixo não tenha sido investigado no Censo Demográfico 1980, esta informação foi amplamente pesquisada pelas pesquisas domiciliares da década passada. No Censo Demográfico 1991 ficou evidenciado que, o controle da coleta do lixo domiciliar neste estado atingiu 64,18% das moradias, sendo que destas 61,84% tiveram recolhimento efetuado diretamente por serviços ou empresas públicas e particulares.

Proporção de domicílios com lixo tratado - 1991



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

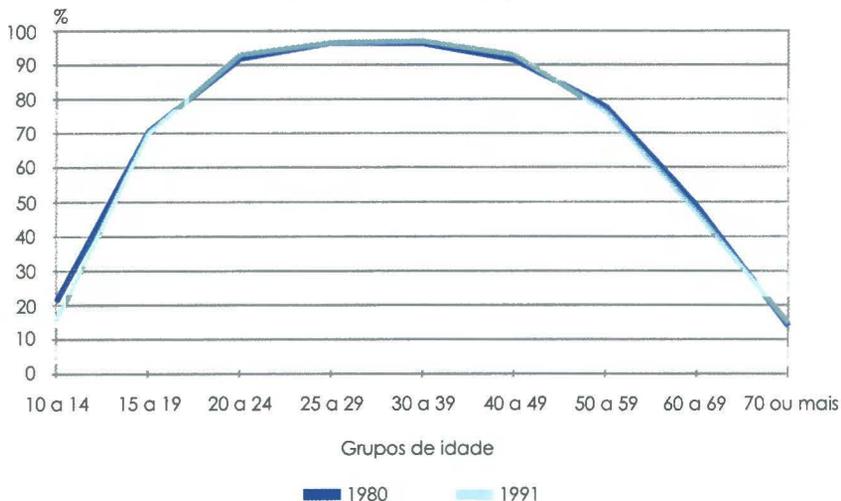
Características econômicas

Conforme os resultados do Censo Demográfico 1991, a população economicamente ativa representava 56,02% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, sendo 74,41% para os homens e 37,76%, para as mulheres. Com respeito à evolução das desigualdades por sexo, conforme o tipo de trabalho, as informações do Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico 1991 permitem detectar avanços.

Os indicadores de atividades econômicas das pessoas de 10 anos ou mais de idade revelados pelo Censo Demográfico 1991, para o Estado de Santa Catarina, confirmam um fenômeno mundial, que consiste na expansão do número de mulheres que trabalham em atividades remuneradas. Cabe ressaltar que este fenômeno atingiu todas as faixas etárias acima de 15 anos.

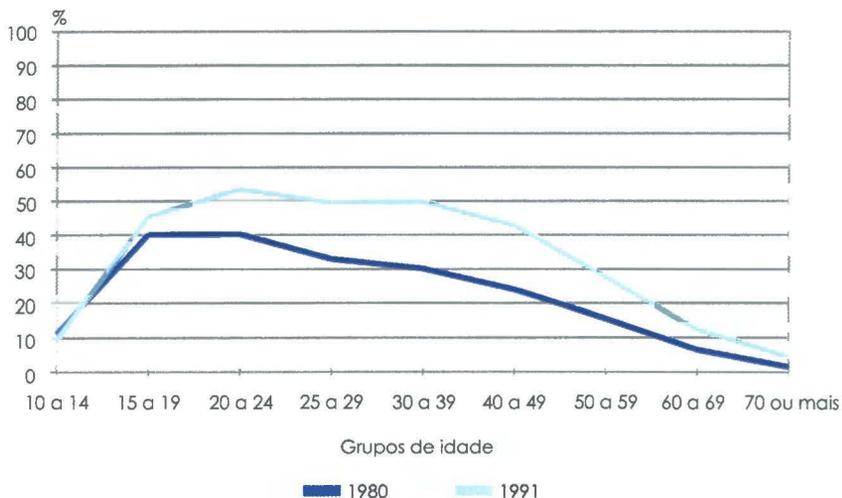
A concentração da taxa de participação específica por sexo nos grupos de idade vão desde 15 até 59 anos, implicando aumentos na participação das mulheres.

Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade dos homens - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade das mulheres - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Dos setores de atividade, os que mais absorveram mão-de-obra foram o agropecuário, extração vegetal e pesca, seguido da indústria de transformação. O comportamento masculino difere o total da população, e quanto à absorção de mão-de-obra feminina, destacam-se a prestação de serviços e o agropecuário, extração vegetal e pesca que juntas absorveram 43,34% das mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 22
Distribuição percentual da população economicamente ativa,
segundo o setor econômico de atividade - 1980/1991

Setor econômico de atividade	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária, extração vegetal e pesca	30,84	25,58	35,59	28,31	17,76	20,23
Indústria de transformação	23,55	22,06	23,51	23,02	23,64	20,19
Indústria da construção civil	5,96	5,96	8,01	8,50	0,30	0,97
Outras atividades industriais	2,08	1,80	2,64	2,29	0,56	0,84
Comércio de mercadorias	8,11	10,06	7,42	9,27	10,02	11,62
Transporte e comunicação	3,71	3,69	4,81	5,10	0,69	0,94
Prestação de serviços (1)	11,94	15,91	7,76	12,23	23,46	23,11
Social	6,01	7,03	2,30	2,92	16,24	15,08
Administração pública	3,46	3,89	3,85	4,42	2,40	2,84
Outras atividades	2,46	2,15	2,41	2,07	2,60	2,32
Nenhum	1,87	1,86	1,71	1,87	2,31	1,86

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.